



**ALPARGATAS S.A.**

Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 61.079.117/0001-05 - NIRE 35 3000 25 270  
www.alpargatas.com.br

**ALPA**  
B3 LISTED N1

**havaianas®**



**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024** (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado							
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024								
<b>CIRCULANTE</b>																	
Caixa e equivalentes de caixa	5	347.194	1.242.874	555.595	1.488.511	Fornecedores	16	388.968	395.164	442.250	455.388						
Contas a receber de clientes	6	1.007.308	847.835	1.189.571	997.875	Risco sacado	17	158.137	170.842	158.137	170.842						
Partes relacionadas	22.1	357.976	407.289	-	-	Partes relacionadas	22.1	5.710	4.194	-	-						
Estoques	7	637.186	531.843	760.114	709.119	Empréstimos e financiamentos	18	135.657	37.730	380.547	251.373						
Tributos a recuperar	8	113.107	136.570	138.317	179.347	Passivo de arrendamento	15.1	25.312	19.965	39.235	38.068						
Despesas antecipadas	19	19.060	27.638	35.340	46.421	Obrigações fiscais	19	33.231	60.874	48.043	79.549						
Outros créditos	27.191	32.897	32.077	37.867	-	Plano de incentivo de longo prazo	24.2	1.347	5.859	1.367	5.877						
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>2.509.022</b>	<b>3.226.946</b>	<b>2.711.014</b>	<b>3.459.140</b>	Provisões e outras obrigações	20	156.837	87.545	188.251	139.171						
<b>NÃO CIRCULANTE</b>																	
Aplicações financeiras	5	15.009	13.165	15.009	13.165	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	21	185.559	138.475	220.845	173.259						
Tributos a recuperar	8	236.279	96.684	274.031	96.684	Contas a pagar pela aquisição de controladas	12.1	89.064	-	89.064	-						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	187.843	237.353	240.489	291.036	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23	12.779	16.735	12.779	16.735						
Depósitos judiciais	10	27.517	36.827	27.517	36.827	Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	25.3	106.565	19.344	106.565	19.344						
Partes relacionadas	22.1	49.344	48.060	-	-	<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.299.166</b>	<b>956.727</b>	<b>1.687.083</b>	<b>1.349.606</b>						
Outros créditos	7.203	52.788	10.126	56.587	-	<b>NÃO CIRCULANTE</b>											
Investimentos	12	1.005.489	1.030.841	798.340	835.625	Empréstimos e financiamentos	18	854.986	1.172.151	854.986	1.172.151						
Imobilizado	13	1.375.786	1.401.528	1.401.120	1.430.130	Passivo de arrendamento	15.1	105.566	109.703	124.183	151.692						
Ativo de direito de uso	15	114.014	116.630	145.998	174.565	Obrigações fiscais	19	55.997	23.409	55.997	23.409						
Intangível	14	327.370	318.583	473.114	445.966	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	-	-	60	69						
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>3.345.854</b>	<b>3.351.459</b>	<b>3.385.744</b>	<b>3.380.585</b>	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23	16.540	2.405	16.840	2.405						
<b>TOTAL DO ATIVO</b>																	
<b>6.854.876</b>																	
<b>6.578.405</b>																	
<b>6.096.758</b>																	
<b>6.839.725</b>																	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024** (Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	26	3.812.159	3.375.526	4.564.874	4.108.311
Custo dos produtos vendidos	27	(1.967.334)	(2.072.694)	(2.183.228)	(2.335.615)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>1.844.825</b>	<b>1.302.832</b>	<b>2.381.646</b>	<b>1.772.696</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>					
Despesas com vendas	27	(791.026)	(682.383)	(1.357.043)	(1.305.082)
Provisão para perdas esperadas do contas a receber	27	(9.849)	(11.478)	(11.783)	(15.993)
Despesas gerais e administrativas	27	(273.830)	(263.779)	(273.831)	(263.819)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(56.898)	(193.587)	46.327	21.301
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	(124.953)	(96.437)	(190.568)	(157.867)
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>588.269</b>	<b>55.168</b>	<b>594.748</b>	<b>51.236</b>
Receitas financeiras	29	121.213	134.059	130.410	140.569
Despesas financeiras	29	(124.599)	(174.169)	(143.318)	(190.859)
Varição cambial líquida		(25.165)	68.154	(24.220)	62.553
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>559.718</b>	<b>83.212</b>	<b>557.620</b>	<b>63.499</b>
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	9.2	58.601	29.350	56.830	14.459
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	9.2	(49.510)	(4.583)	(46.524)	29.439
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>568.809</b>	<b>107.979</b>	<b>567.926</b>	<b>107.397</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL A</b>					
Acionistas controladores		568.809	107.979	568.809	107.979
Acionistas não controladores		-	-	(883)	(582)
<b>LUCRO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO</b>					
Básico por ação ON - R\$	32	0,7973	0,1510	0,7973	0,1510
Básico por ação PN - R\$	32	0,8811	0,1668	0,8811	0,1668
Diluído por ação ON - R\$	32	0,7918	0,1486	0,7918	0,1486
Diluído por ação PN - R\$	32	0,8867	0,1642	0,8867	0,1642

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024** (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>RECEITAS</b>						
Vendas de mercadorias e produtos	4.333.142	3.880.880	5.093.205	4.620.390		
Provisão para perda esperada do contas a receber de clientes	(9.849)	(11.478)	(11.783)	(15.993)		
Outras receitas	29.779	9.600	35.038	26.089		
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(2.116.409)</b>	<b>(2.216.433)</b>	<b>(2.688.391)</b>	<b>(2.885.274)</b>		
Custo de mercadorias e produtos vendidos	(1.195.312)	(1.210.418)	(1.345.144)	(1.347.072)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(919.290)	(846.264)	(1.358.373)	(1.309.645)		
Perdas de valores ativos	(1.259)	(157.728)	15.674	(226.534)		
Outros	(548)	(2.023)	(548)	(2.023)		
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>2.236.663</b>	<b>1.662.569</b>	<b>2.428.069</b>	<b>1.745.212</b>		
<b>RETENÇÕES</b>						
Depreciação e amortização	(218.925)	(194.900)	(260.783)	(249.815)		
<b>VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA COMPANHIA</b>	<b>2.017.738</b>	<b>1.467.669</b>	<b>2.167.286</b>	<b>1.495.397</b>		
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>						
Resultado de equivalência patrimonial	91.404	70.228	165.407	247.714		
Receitas financeiras - Incluindo variações cambiais	(56.898)	(193.587)	46.327	21.301		
Outros	106.110	215.755	119.080	226.413		
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>2.109.142</b>	<b>1.537.897</b>	<b>2.332.693</b>	<b>1.743.111</b>		
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>						
<b>PESSOAL</b>	<b>915.605</b>	<b>837.906</b>	<b>1.088.396</b>	<b>1.003.743</b>		
Remuneração Direta	664.192	618.247	822.486	769.635		
Benefícios	209.296	182.320	222.682	196.356		
FGTS	42.117	37.339	43.228	37.752		
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>445.491</b>	<b>354.974</b>	<b>470.738</b>	<b>361.494</b>		
Federais	407.061	324.495	428.111	327.405		
Estaduais	36.063	28.153	38.896	30.707		
Municipais	2.367	2.326	3.731	3.382		
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS</b>	<b>179.237</b>	<b>237.038</b>	<b>205.633</b>	<b>270.477</b>		
Juros	130.712	183.182	148.815	209.951		
Aluguéis	8.201	14.533	16.546	22.245		
Outras	40.324	39.323	40.272	38.281		
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS</b>	<b>568.809</b>	<b>107.979</b>	<b>567.926</b>	<b>107.397</b>		
Dividendos distribuídos	361.247	17.180	361.247	17.180		
JCP adicionais propostos	106.000	51.543	106.000	51.543		
Lucros retidos	101.562	39.256	101.562	39.256		
Participação Não Controladores nos lucros (prejuízos)	-	-	(883)	(582)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024** (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em exercícios subsequentes:						
Ganho (perdas) na conversão de demonstrações financeiras de controladas e coligada do exterior	(59.549)	185.660	(59.598)	186.345		
Ajuste do Plano Alpaprev	(3.238)	(3.613)	(3.238)	(3.613)		
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>506.022</b>	<b>290.026</b>	<b>505.909</b>	<b>290.129</b>		
<b>Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos:</b>						
Acionistas controladores	506.022	290.026	506.022	290.026		
Acionistas não controladores	-	-	(932)	103		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024** (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>						
Lucro líquido do exercício proveniente das operações continuadas	568.809	107.979	567.926	107.397		
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício proveniente das operações continuadas ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:</b>						
Depreciação e amortização	193.182	169.077	216.989	202.870		
Resultado na venda/baixa do imobilizado	1.181	1.781	631	1.646		
Resultado da equivalência patrimonial	56.898	193.587	(46.327)	(21.301)		
Juros, variações monetárias e cambiais	119.780	78.700	126.906	91.406		
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributárias	47.577	42.986	47.877	42.986		
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(9.091)	(24.767)	(10.305)	(43.898)		
Provisão para perdas nos estoques	14.974	169.259	27.670	253.235		
Provisão para perda esperada (impairment) do contas a receber	9.849	11.478	11.783	15.993		
Atualização monetária de depósitos judiciais e créditos tributários	429	(13.078)	429	(13.078)		
Provisão para plano de incentivo de Longo Prazo	16.448	18.903	25.628	19.942		
Provisão de juros com passivos de arrendamento	13.923	14.102	14.831	15.181		
Depreciação de ativo de direito de uso	25.742	25.823	43.545	46.945		
Resultado na baixa de ativo de direito de uso	-	-	(2.356)	(59)		
<b>FLUXO DE CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>1.059.701</b>	<b>795.830</b>	<b>1.025.227</b>	<b>719.265</b>		
<b>Redução (aumento) nos ativos e passivos:</b>						
Contas a receber de clientes	(208.609)	27.786	(242.692)	(19.669)		
Partes relacionadas	51.114	(227.236)	-	-		
Estoques	(121.994)	69.387	(78.942)	115.652		
Despesas antecipadas	8.578	(1.674)	9.561	(4.053)		
Impostos a recuperar	(116.132)	66.331	(136.533)	65.400		
Fornecedores	(16.818)	64.640	(11.889)	(12.574)		
Obrigações tributárias	91.639	76.009	119.390	69.897		
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	47.084	75.964	47.985	95.646		
Riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(37.398)	(34.793)	(37.398)	(34.793)		
Outros	91.298	33.286	73.439	36.156		

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025** (Em milhares de reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

**1.1. Considerações gerais**

A Alpargatas S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo, capital, na Av. das Nações Unidas, nº 14.261 9º, 10º e 11º andares e registrada na B3 S.A. - Brasil Bolsa, Balcão com os códigos de negociação "ALPA4" e "ALPA3". Suas atividades e de suas controladas (doravante coletivamente denominadas "Consolidado" e "Grupo") são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes; artigos de vestuário; artefatos têxteis e respectivos componentes e artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial.

As controladas diretas e indiretas, por meio das quais a Companhia mantém operações no Brasil e no exterior, estão informadas na nota explicativa nº 3.

**1.2. Reforma Tributária sobre o consumo**

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços que poderiam ser prejudiciais à saúde e/ou o meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamento parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Em 13 de janeiro de 2026, foi sancionado pelo presidente da república, o segundo projeto (PLP) 108/2024, tornando-se a Lei Complementar 227/2026. A nova legislação institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e o funcionamento tecnológico do novo sistema tributário.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da publicação de regulamentos e normas complementares. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

**1.3. Implementação global das regras do modelo "Pilar Dois" da OCDE**

Em continuidade às ações de combate a erosão da base tributária e o deslocamento de lucros (*Base Erosion and Profit Shifting* - BEPS), a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico ("OCDE") divulgou em dezembro de 2021, regras do modelo Pilar Dois garantindo que empresas de grupos multinacionais estejam sujeitas a tributação mínima efetiva à taxa de 15%.

No Brasil foi instituído o adicional de até 15% sobre a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), aplicável a grupos multinacionais com receita anual consolidada superior a 750 milhões de Euros em dois dos últimos quatro anos, conforme determina a Lei 15.079/24. Para o exercício 2025 a Companhia não está enquadrada no escopo do Pilar Dois devido ao não atingimento da receita anual consolidada. A Administração continuará monitorando o eventual enquadramento na legislação.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

**2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRSs), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRSs) *Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC) *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC) *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, as quais correspondem às utilizadas pela Companhia na sua gestão.

A Diretoria aprovou e o Conselho de Administração autorizou a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 05 de março de 2026.

**2.2. Mudanças nas principais políticas contábeis e divulgações**

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

**Alterações ao IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio a vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Companhia avaliou essas alterações e não identificou impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

**2.3. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor**

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

**Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2020 o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas a instituições financeiras.

As alterações:

- (a) esclarecem a data de reconhecimento e desconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG);
- (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparentes aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:
  - Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.
  - Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.
  - O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores representados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.
  - No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

**2.4. Base para elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração. **Demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRSs), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

As práticas contábeis materiais estão descritas nas notas explicativas relacionadas aos itens apresentados.

**a) Avaliação do valor recuperável dos ativos (exceto ágio)**

A Companhia e suas controladas revisam o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização por meio do ajuste do valor contábil líquido ao valor recuperável.

**b) Moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressas em milhares de Reais ("R\$"), moeda funcional da Companhia, bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

**Transações e saldos em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional de acordo com a taxa de câmbio da data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

**Operações no exterior com moeda funcional diferente do Real**

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real de acordo com as taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real de acordo com as taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para a moeda de apresentação, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

**c) Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um maior nível de julgamento e maior complexidade nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:
 

- Nota explicativa nº 6 - Provisão para perdas esperadas;
- Nota explicativa nº 7 - Provisão para perdas nos estoques;
- Nota explicativa nº 9.1 - Realização do imposto de renda e contribuição social diferido ativo;
- Nota explicativa nº 12.2 - Teste de redução ao valor recuperável de ágio (*impairment*);
- Nota explicativa nº 15 - Taxa implícita de desconto dos contratos de alugueis;
- Nota explicativa nº 23 - Principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa nº 24.2 - Valor da ação;

**d) Instrumentos financeiros**

**Reconhecimento e mensuração inicial dos ativos financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

De acordo com a norma contábil, a menos que um ativo financeiro tenha sido designado no momento inicial ao valor justo por meio do resultado (com o propósito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração contábil), os instrumentos de dívida devem ser classificados subsequentemente como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base nos seguintes itens:

- No modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros;
- Nas características de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros (também denominado teste de "SPPJ" - Somente pagamento de principal e juros).

**Modelos de negócios:** Os modelos de negócios refletem a maneira pela qual o Grupo gerencia seus ativos financeiros de forma a gerar fluxo de caixa, ou seja, a partir dos modelos de negócios o Grupo determina se os fluxos de caixa são procedentes do recebimento de fluxos de caixa contratuais, do recebimento de fluxo de caixa contratual e vendas ou ambos. Se nenhum desses dois modelos de negócios for aplicável, então tais ativos financeiros são classificados como parte de "outros" modelos de negócios e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Alguns fatores são considerados pelo Grupo na determinação de seus modelos de negócios que incluem:

- Experiência passada sobre como os fluxos de caixa contratuais são coletados (incluindo avaliação sobre o histórico de vendas dos ativos financeiros);
- Como o desempenho do modelo de negócios e os ativos financeiros mantidos nos modelos de negócios são avaliados e reportados ao pessoal-chave da Administração;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos nesse modelo de negócios) e, em particular, a forma como esses riscos são gerenciados;
- Como os gestores do negócio são remunerados (por exemplo, se a remuneração se baseia no valor justo dos ativos gerenciados ou nos fluxos de caixa contratuais recebidos).

**SPPJ:** A análise se os fluxos de caixa contratuais que consistem somente pagamento do principal e juros (teste de "SPPJ") é exigida se o ativo financeiro for mantido em modelo de negócios cujo objetivo seja, receber fluxos de caixa contratuais, ou em um modelo cujo o objetivo além do recebimento dos fluxos de caixa contratuais seja de venda desses ativos.

No caso da identificação de ativos financeiros que introduzem exposição a riscos e volatilidades e que sejam inconsistentes ao acordo de empréstimo básico, tais ativos são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**Mensuração subsequente:** Os instrumentos de dívidas são mensurados em uma das seguintes categorias:

- **Custo amortizado:** os ativos financeiros que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, representando somente pagamentos de principal e juros e os que não são designados a valor justo por meio do resultado, são mensurados ao custo amortizado. O valor contábil desses ativos é ajustado pela provisão para perda de crédito esperada reconhecida e mensurada de acordo com metodologia especificada na nota explicativa 6. A receita de juros desses ativos financeiros está incluída na demonstração do resultado na rubrica de "receitas financeiras", usando o método da taxa de juros efetiva. A "taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, às comissões e aos custos de transação que, por sua natureza, fazem parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** os ativos financeiros que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda, que não são designados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As variações no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes dentro do patrimônio líquido, exceto o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável, receita de juros e ganhos/perdas sobre variação cambial que são reconhecidos no resultado do exercício. A receita de juros desses ativos financeiros está incluída na demonstração do resultado na rubrica "receitas financeiras" usando o método da taxa de juros efetiva.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** os ativos financeiros que não atendem os critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ganhos/perdas do instrumento de dívida que são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos como receita ou despesa financeira no resultado do exercício.

**Passivos financeiros**

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os passivos financeiros designados como objeto de *hedge* para os quais os riscos protegidos são mensurados ao valor justo e passivos financeiros designados ao valor justo no reconhecimento inicial.

Para os passivos mensurados ao valor justo na designação inicial, a parcela correspondente às variações do risco de crédito próprio da Companhia (denominado "*DVA - Debit Valuation Adjustment*") é registrada em outros resultados abrangentes (sem reciclagem para o resultado).

**Reclassificação dos ativos e passivos financeiros**

As reclassificações dos ativos financeiros ocorrem apenas se algum modelo de negócios do Grupo for alterado, dessa forma, a ocorrência de reclassificações não é frequente. No caso da ocorrência de reclassificação, ela é aplicada de forma prospectiva (a partir da data de reclassificação). Os passivos financeiros não são reclassificados.

**Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de "hedge"**

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos para se proteger do risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de "*hedge*" são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é firmado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

**e) Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

**f) Receita operacional**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

As receitas da Companhia e das suas controladas são provenientes da venda de calçados e vestuário, através de múltiplos canais de vendas: distribuidores, atacadistas, varejistas, lojas físicas e canais online. As receitas são reconhecidas quando o controle sobre os produtos são transferidos para seus clientes, ou seja no momento da entrega do produto.

O Grupo possui contratos de acordos comerciais com determinados clientes que permitem a concessão de alguns descontos especiais. Esses acordos são realizados com grandes *players* do mercado visando a fidelização, melhoria de sortimento de produtos e aumento no volume de vendas. Os descontos podem ser fixos ou variáveis conforme definido em contrato, e são contabilizados como redutor da receita de vendas, na data de competência definida em contrato, independente da data que ocorreu o desconto.

**g) Receita e despesa financeira**

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo de receber o pagamento é estabelecido. O Grupo classifica os juros recebidos e dividendos e os juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao valor contábil bruto do ativo financeiro; ou - ao custo amortizado do passivo financeiro.

Ao calcular a receita ou a despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser realizado com base no valor bruto.

**h) Benefícios a empregados**

**Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente for prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal de pagar esse montante em função do serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**Planos de contribuição definida**

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo à medida que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros for possível.

**Planos de benefício definido**

A obrigação líquida do Grupo para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os beneficiários receberão como retorno pelos serviços prestados em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para o Grupo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

**Acordos de pagamento baseado em ações**

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidas aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem o direito aos prêmios incondicionalmente. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendem às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações que são liquidados em caixa é reconhecido como despesa com um aumento correspondente no passivo durante o período em que os empregados adquirem o direito ao pagamento incondicionalmente. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

**i) Imposto de renda e contribuição social**

São calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R\$ 240 e 9% para contribuição social. A Companhia usufrui de incentivos fiscais, conforme detalhado na nota explicativa nº 4.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos corretos a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas à medida que for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra aqueles que serão utilizados.

Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, os lucros tributáveis futuros ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes serão considerados com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos à medida que sua realização não for mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as conseqüências tributárias decorrentes da maneira pela qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**j) Capital social**

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga que inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

**k) Demonstração do valor adicionado ("DVA")**

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

**l) Demonstração dos fluxos de caixa**

A Companhia, de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, adota como política contábil a classificação dos pagamentos de juros, incluindo aqueles relacionados aos passivos de arrendamento reconhecidos nos termos do CPC 06 (R2), como fluxos de caixa das atividades operacionais.

Essa política é aplicada de maneira consistente entre os períodos apresentados e reflete o entendimento da Administração quanto à natureza operacional dessas saídas de caixa.

**3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

Transações efetuadas entre as entidades do Grupo, assim como os saldos, ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados na consolidação das demonstrações financeiras. Quando necessário, as políticas contábeis das controladas são ajustadas para garantir consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

**i. Controladas**

As controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

A Companhia considera que controla a investida se, e somente se, possuir todos os seguintes atributos: (a) poder sobre a investida; (b) exposição aos, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (c) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

A consolidação abrange as informações contábeis da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Participação direta:	Atividade principal	Participação (%)	
		31/12/2025	31/12/2024
Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda. ("Fibrasil")	Importação e exportação em geral, compra, venda e locação de imóveis próprios e participação em outras empresas no país ou no exterior	100,00	100,00
Alpargatas Imobiliária Ltda. ("Alpa Imobiliária")	Venda e locação de imóveis próprios e participação em outras empresas no país ou no exterior	99,99	99,99
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha ("Alpa Europa")	Importação e comercialização de calçados no mercado europeu	100,00	

ALPARGATAS S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 61.079.117/0001-05 - NIRE 35 3000 25 270

6.1. Contas a receber de clientes por idade de vencimento

	Controladora				Consolidado			
	Mercado Interno		Mercado Externo		Mercado Interno		Mercado Externo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	864.810	824.699	27.898	7.960	879.414	835.026	173.107	120.387
Vencidas								
Até 30 dias	47.961	13.431	7.167	3.610	47.961	13.431	20.454	6.608
De 31 a 60 dias	9.402	2.025	13.367	371	9.402	2.025	21.699	7.834
De 61 a 90 dias	3.964	861	7.494	2.845	3.964	861	8.549	4.234
De 91 a 180 dias	6.482	2.842	12.176	1.865	6.482	2.842	14.877	11.140
Mais de 181 dias	62.239	45.811	12.790	1.102	62.239	45.811	27.026	27.483
	<b>994.858</b>	<b>889.659</b>	<b>80.892</b>	<b>17.753</b>	<b>1.009.462</b>	<b>899.996</b>	<b>265.712</b>	<b>177.686</b>

6.2. Provisão para perdas esperadas

A movimentação da provisão para perdas esperadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(59.587)	(79.807)
Adições líquidas de reversões	(9.849)	(11.783)
Baixas e outras movimentações	994	5.987
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(68.442)</b>	<b>(85.603)</b>

A movimentação referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está apresentada nas demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas relativas àquele exercício.

A composição por idade de vencimento das contas a receber de clientes incluídas na provisão de créditos para perdas esperadas está demonstrada a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Mercado Interno		Mercado Externo		Mercado Interno		Mercado Externo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	(3.486)	(10.953)	-	-	(3.715)	(11.084)	(71)	(83)
Vencidas								
Até 30 dias	(1)	(75)	-	-	(1)	(75)	(367)	(499)
De 31 a 60 dias	(128)	(112)	-	-	(128)	(112)	(1.300)	(880)
De 61 a 90 dias	(55)	(151)	-	-	(55)	(151)	(287)	(439)
De 91 a 180 dias	(1.656)	(2.485)	-	-	(1.656)	(2.485)	(2.301)	(6.510)
Mais de 181 dias	(62.239)	(45.811)	(877)	-	(62.239)	(45.811)	(13.483)	(11.678)
	<b>(67.565)</b>	<b>(59.587)</b>	<b>(877)</b>	<b>-</b>	<b>(67.794)</b>	<b>(59.718)</b>	<b>(17.809)</b>	<b>(20.889)</b>

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento conforme demonstrado nos quadros da nota explicativa nº 6.1. De acordo com a política de cobrança, os títulos em atraso precisam receber alguma tratativa em até 45 dias e, caso não haja uma evolução positiva na negociação em até 90 dias, eles são encaminhados para assessoria de cobrança externa ou para cobrança judicial.

A provisão para perdas esperadas (*impairment*) é reconhecida de acordo com as normas do CPC 48/IFRS 9, com base nos percentuais históricos de perda e impactos macroeconômicos no comportamento da inadimplência da carteira de clientes, segregados por categoria de clientes e de acordo com o aging da carteira e correlação desses fatores para apuração da perda esperada na contas a receber. Além disso, a Companhia efetua uma avaliação individual para clientes específicos na qual as garantias reais ou renegociações já aprovadas pela Administração são analisadas.

7. ESTOQUES

São registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável, líquido do custo de venda e por eventuais perdas quando aplicável.

	Controladora	Consolidado
Produtos acabados	302.300	422.837
Produtos em processo	30.267	34.727
Matérias-primas	254.208	221.498
Importações em andamento	50.318	50.318
Outros	93	93
	<b>637.186</b>	<b>760.114</b>

A movimentação da provisão para perdas nos estoques do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(137.680)	(217.972)
Adições líquidas de reversões	(16.651)	(29.347)
Baixas/variação cambial	132.645	182.809
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(21.686)</b>	<b>(64.510)</b>

A Companhia constitui provisão para perdas nos estoques com base no giro, tempo de vida das coleções, linha de produto e no tempo em que o produto está fora de linha. Adicionalmente, a Companhia efetua avaliação periódica e implementa plano de ação para realocação de itens obsoletos.

Durante o exercício de 2024, foi identificado que determinados produtos e coleções tiveram um aumento substancial no tempo de giro, juntamente com uma redução nos pedidos dos estoques existentes. A Companhia entendeu que estes produtos e coleções não possuía expectativa de realização, e por isso realizou uma provisão para estes estoques de produtos acabados, bem como do estoque em processo destes produtos.

Em 31 de dezembro de 2025, não existe nenhuma parcela do estoque dada em garantia.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora	Consolidado
Crédito fiscal de subvenção para investimento (i)	157.105	71.889
Imposto de renda e contribuição social sobre atualização monetária de débitos	79.174	71.239
PIS e COFINS a compensar	45.858	64.399
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	26.266	30.237
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	28.162	5.196
Imposto Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	5.800	7.852
Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) - subsidiárias no exterior	-	46.539
Outros	7.021	12.679
	<b>349.386</b>	<b>412.348</b>
Circulante	113.107	136.570
Não circulante	236.279	96.684

(i) Refere-se a crédito fiscal decorrente de incentivos de subvenção governamental (Lei 14.789/23) conforme mencionado na nota explicativa nº 4.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

9.1. Diferidos

As origens estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Provisão para perdas esperadas do contas a receber	4.805	5.336
Provisão para perdas esperadas do contas a receber (ASAIC)	91.369	91.369
Provisão para perdas nos estoques, incluindo impostos	12.737	64.237
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa e riscos tributários, civis e trabalhistas	30.009	15.719
Provisão para acordos comerciais e ações de marketing	24.603	7.706
Provisão para plano de incentivo de longo prazo	21.326	16.389
Provisão para perda no valor recuperável do imobilizado	1.815	2.000
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas	2.161	2.041
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	33.858	80.092
Impostos diferidos sobre lucros não realizados	20.404	14.347
Outras diferenças temporárias	243.087	299.236
<b>Total de créditos fiscais brutos</b>	<b>243.087</b>	<b>299.236</b>
Ágio na aquisição de controladas amortizado fiscalmente (i)	(18.313)	(18.313)
Valor justo de instrumento financeiro derivativo	-	(11.120)
Variação monetária de depósitos judiciais	(3.592)	(3.189)
Variação na taxa de depreciação fiscal de bens do ativo imobilizado	(33.339)	(29.261)
Outras diferenças temporárias	-	(60)
<b>Total de débitos fiscais brutos</b>	<b>(55.244)</b>	<b>(61.883)</b>
<b>Total de créditos fiscais, líquidos</b>	<b>187.843</b>	<b>237.353</b>
Tributos diferidos ativos	187.843	237.353
Tributos diferidos passivos	-	(60)
<b>Total de créditos fiscais, líquidos</b>	<b>187.843</b>	<b>237.353</b>

(i) A Companhia aproveitou o benefício fiscal do ágio pela incorporação da controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias.

As informações e movimentações dos investimentos do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 estão demonstradas a seguir:

	Fibrazil	Alpa Europa	Alpa Imobiliária	Alpa Colômbia	Alpa Hong Kong	Alpa Índia	Alpa Shanghai	Alpa Dubai	Alpa loaysys	Rothy's Inc.	Total
Número de ações ou cotas possuídas	5.978.752	57.834.570	16.557.755	19.056.969	1	51.000.000	1	50	403.898	9.069.518	
Total do ativo circulante	6.142	380.326	35.362	48.085	40.039	101	17.119	26.296	48.728	1.090.480	
Total do ativo não circulante	-	164.614	-	384	25	-	-	552	6.234	972.106	
Total do passivo circulante	19	676.444	110	44.856	5.211	397	21.024	19.852	8.401	333.968	
Total do passivo não circulante	-	23.237	-	-	-	-	-	4.723	3.614	104.604	
Capital social	5.979	647	16.558	82.890	39.916	15.776	42.618	75	404	2.065.212	
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	798.340	
Patrimônio líquido controladores	6.123	(154.741)	35.253	3.612	34.853	(296)	(3.905)	2.272	42.948	825.676	
Lucro não realizado nos estoques	-	(14.913)	-	(727)	(66)	(451)	-	-	-	-	
Receita líquida do exercício	6.123	(169.654)	35.253	2.895	34.853	(362)	(4.356)	2.272	42.948	825.676	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício (i)	528	(128.493)	2.867	1.211	352	(1.802)	1.397	5.287	5.626	1.266.154	
Participação %	100	100	99,99	100	100	51	100	100	100	0,00	
Valor contábil dos investimentos:											
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024 (v)</b>	<b>5.595</b>	<b>(158.475)</b>	<b>32.386</b>	<b>440</b>	<b>35.530</b>	<b>744</b>	<b>(6.751)</b>	<b>-</b>	<b>37.706</b>	<b>835.625</b>	<b>782.800</b>
Aumento / aporte de capital	-	83.858	-	-	-	-	-	85	-	-	83.943
Resultado de equivalência patrimonial (i)	528	(120.367)	2.867	1.258	352	(911)	2.135	5.287	5.626	46.327	(iii) (56.898)
Variação cambial dos investimentos	-	35.504	-	1.187	(1.029)	(51)	260	(3.100)	-	(91.778)	(59.007)
Incentivo de Longo Prazo - outorga em ações	-	-	-	-	-	-	-	(384)	-	5.483	5.099
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.683	2.683
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025 (v)</b>	<b>6.123</b>	<b>(159.480)</b>	<b>35.253</b>	<b>2.885</b>	<b>34.853</b>	<b>(218)</b>	<b>(4.356)</b>	<b>2.272</b>	<b>42.948</b>	<b>(ii) 798.340</b>	<b>(iv) 758.200</b>

(i) A diferença, quando aplicável, entre o lucro da controlada e a equivalência patrimonial no exercício refere-se a realização nos estoques da controlada.  
(ii) O investimento inclui R\$116 de ajuste ao valor justo e a equivalência inclui a despesa de R\$27 de amortização do referido ajuste.  
(iii) A diferença no cálculo da participação comparado ao resultado de equivalência patrimonial do exercício refere-se ao ajuste de diluição de participação da *Rothy's*.  
(iv) O investimento inclui R\$262.925 de ajuste ao valor justo e a equivalência inclui a despesa de R\$15.158 de amortização do referido ajuste.  
(v) Os valores negativos estão apresentados no passivo não circulante na rubrica de "Provisão para perda em investimentos".

	Fibrazil	Alpa Europa	Alpa Imobiliária	Alpa Colômbia	Alpa Hong Kong	Alpa Índia	Alpa Shanghai	loaysys	Rothy's Inc.	Total
Informações em 31 de dezembro de 2024										
Número de ações ou cotas possuídas	5.978.752	57.834.570	16.557.755	19.056.969	1	51.000.000	1	403.898	9.069.518	
Total do ativo circulante	5.657	441.022	32.163	44.108	64.449	2.127	16.382	37.917	1.046.162	
Total do ativo não circulante	-	171.949	323	404	92	17	21.432	8.020	1.138.859	
Total do passivo circulante	62	716.582	100	42.306	27.589	521	22.065	5.627	278.146	
Total do passivo não circulante	-	40.694	-	-	1.422	-	-	2.604	343.960	
Capital social	5.979	644	16.558	82.890	45.027	18.644	45.966	404	2.324.149	
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	835.625
Patrimônio líquido controladores	5.595	(144.305)	32.386	2.205	35.530	1.606	(5.684)	37.706	863.735	
Lucro não realizado nos estoques	-	(14.169)	-	(1.765)	-	(75)	(1.068)	-	-	-
Receita líquida do exercício	5.595	(158.474)	32.386	440	35.530	1.531	(6.752)	37.706	863.735	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício (i)	254	(215.100)	1.652	(15.769)	24.293	(1.186)	(3.588)	6.363	43.747	
Participação %	99,99%	100,00%	99,99%	100,00%	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%	49,17%	
Valor contábil dos investimentos:										
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>5.340</b>	<b>69.100</b>	<b>30.733</b>	<b>15.768</b>	<b>4.297</b>	<b>648</b>	<b>(1.528)</b>	<b>30.433</b>	<b>627.905</b>	<b>782.696</b>
Aumento / aporte de capital	-	-	-	-	-	517	-	-	-	517
Resultado de equivalência patrimonial (i)	255	(223.992)	1.653	(18.388)	24.293	(613)	(4.459)	6.363	21.301	(iii) (193.587)
Variação cambial dos investimentos	-	(3.583)	-	3.060	6.940	192	(764)	-	179.816	185.661
Incentivo de LP - outorga em ações	-	-	-	-	-	-	-	910	11.839	12.749
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.236)	(5.236)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>5.595</b>	<b>(158.475)</b>	<b>32.386</b>	<b>440</b>	<b>35.530</b>	<b>744</b>	<b>(6.751)</b>	<b>(v) 37.706</b>	<b>(ii) 835.625</b>	<b>(iv) 782.800</b>

(i) A diferença, quando aplicável, entre o lucro da controlada e a equivalência patrimonial no exercício refere-se a realização nos estoques da controlada.  
(ii) O investimento inclui R\$134 de ajuste ao valor justo e a equivalência inclui a despesa de R\$402 de amortização do referido ajuste.  
(iii) A diferença no cálculo da participação comparado ao resultado de equivalência patrimonial do exercício refere-se ao ajuste de diluição de participação da *Rothy's*.  
(iv) O investimento inclui R\$313.099 de ajuste ao valor justo e a equivalência inclui a despesa de R\$14.640 de amortização do referido ajuste.  
(v) Os valores negativos estão apresentados no passivo não circulante na rubrica de "Passivo a descoberto de controladas".

12.1. Aquisição loaysys

A Companhia adquiriu 100% das quotas da loaysys no exercício 2021, e possui um saldo a pagar com vencimento em maio de 2026, registrado no passivo circulante na Controladora e no Consolidado, no montante de R\$89.064 em 31 de dezembro de 2025 (R

... continuação **ALPARGATAS S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 61.079.117/0001-05 - NIRE 35 3000 25 270**

A movimentação dos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	31/12/2024	Adições	Transfe- rências	Amorti- zações	Outras	31/12/2025
Com vida útil definida:						
Sistema de gestão empresarial	210.274	-	38.353	(84.344)	-	164.283
Sem vida útil definida:						
Marcas, direitos e patentes	1.016	-	-	-	-	1.016
Ágio na aquisição de controladas	53.862	-	-	-	-	53.862
Projetos em andamento (i)	53.431	77.844	(23.066)	-	-	108.209
	<b>318.583</b>	<b>77.844</b>	<b>15.287</b>	<b>(84.344)</b>	-	<b>327.370</b>

	Consolidado					
	31/12/2024	Adições	Transfe- rências	Amorti- zações	Outras	31/12/2025
Com vida útil definida:						
Sistema de gestão empresarial	254.841	-	72.646	(99.158)	-(1.117)	227.212
Sem vida útil definida:						
Marcas, direitos e patentes	1.016	-	-	-	-	1.016
Ágio na aquisição de controladas	136.678	-	-	-	-	136.678
Projetos em andamento (i)	53.431	77.844	(23.067)	-	-	108.209
	<b>445.966</b>	<b>77.844</b>	<b>49.579</b>	<b>(99.158)</b>	<b>-(1.117)</b>	<b>473.114</b>

(i) Os saldos registrados na rubrica "Projetos em andamento" referem-se principalmente a projetos classificados como: (a) Sustentação no valor de R\$72.883, (b) Crescimento no valor de R\$25.227 e (c) Otimização no valor de R\$9.275.

**15. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO**

A Companhia efetua o arrendamento de alguns bens, principalmente imóveis (escritórios, centros de distribuição e lojas), que normalmente vigoram por um período de 5 (cinco) a 10 (dez) anos. Alguns arrendamentos incluem uma opção de renovação do arrendamento por um período adicional de 5 (cinco) anos após o término do prazo do contrato.

A taxa de desconto a valor presente dos contratos é apurada para cada empresa do Grupo utilizando-se as taxas de risco de crédito da Companhia junto às grandes instituições financeiras de mercado, que seriam praticadas caso a Companhia tomasse empréstimos com vencimentos semelhantes aos prazos dos contratos de aluguel, incluindo a garantia de cada ativo.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de informática e pequenos itens de mobiliário de escritório.

As movimentações dos saldos do Ativo de direito de uso e do Passivo de arrendamento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>115.630</b>	<b>174.565</b>
Adições	5.117	7.915
Ajustes por remensuração	19.009	19.951
Baixas	-	(8.602)
Depreciação	(25.742)	(43.545)
Variação cambial / Outras movimentações (i)	-	(4.286)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>114.014</b>	<b>145.998</b>

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>132.865</b>	<b>173.190</b>
Adições	3.940	5.885
Ajustes por remensuração	4.648	18.134
Baixas	-	(508)
Depreciação	(25.823)	(46.945)
Variação cambial / Outras movimentações (i)	-	24.809
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>115.630</b>	<b>174.565</b>

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(129.668)</b>	<b>(189.760)</b>
Adições	(5.117)	(7.915)
Ajustes por remensuração	(19.009)	(19.951)
Baixas	-	10.958
Pagamento de principal - arrendamento mercantil	25.292	43.093
Pagamento de juros	11.547	11.904
Apropriação de juros	(13.923)	(14.831)
Variação cambial / Outras movimentações (i)	-	3.084
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(130.878)</b>	<b>(163.418)</b>

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(143.268)</b>	<b>(184.985)</b>
Adições	(3.940)	(5.885)
Ajustes por remensuração	(4.648)	(18.134)
Baixas	-	567
Pagamento de principal - arrendamento mercantil	25.016	46.138
Pagamento de juros	11.274	12.230
Apropriação de juros	(14.102)	(15.181)
Variação cambial / Outras movimentações (i)	-	(24.510)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(129.668)</b>	<b>(189.760)</b>

(i) Refere-se principalmente à variação cambial dos saldos das subsidiárias no exterior.

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>25.312</b>	<b>38.068</b>
Adições	19.965	39.235
Ajustes por remensuração	105.566	109.703
Baixas	(130.878)	(129.668)
Depreciação	124.183	151.992
Variação cambial / Outras movimentações (i)	-	189.760

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(25.742)</b>	<b>(43.545)</b>
Adições	(13.923)	(14.102)
Ajustes por remensuração	-	2.356
Baixas	(39.655)	(39.925)
Depreciação	(56.020)	(62.067)
Variação cambial / Outras movimentações (i)	-	59

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>13.923</b>	<b>14.831</b>
Adições	(11.547)	(11.904)
Ajustes por remensuração	25.742	25.823
Baixas	-	(2.356)
Depreciação	(56.020)	(62.067)
Variação cambial / Outras movimentações (i)	-	59

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(25.742)</b>	<b>(43.545)</b>
Adições	(13.923)	(14.102)
Ajustes por remensuração	-	2.356
Baixas	(39.655)	(39.925)
Depreciação	(56.020)	(62.067)
Variação cambial / Outras movimentações (i)	-	59

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>13.923</b>	<b>14.831</b>
Adições	(11.547)	(11.904)
Ajustes por remensuração	25.742	25.823
Baixas	-	(2.356)
Depreciação	(56.020)	(62.067)
Variação cambial / Outras movimentações (i)	-	59

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(25.742)</b>	<b>(43.545)</b>
Adições	(13.923)	(14.102)
Ajustes por remensuração	-	2.356
Baixas	(39.655)	(39.925)
Depreciação	(56.020)	(62.067)
Variação cambial / Outras movimentações (i)	-	59

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>13.923</b>	<b>14.831</b>
Adições	(11.547)	(11.904)
Ajustes por remensuração	25.742	25.823
Baixas	-	(2.356)
Depreciação	(56.020)	(62.067)
Variação cambial / Outras movimentações (i)	-	59

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(25.742)</b>	<b>(43.545)</b>
Adições	(13.923)	(14.102)
Ajustes por remensuração	-	2.356
Baixas	(39.655)	(39.925)
Depreciação	(56.020)	(62.067)
Variação cambial / Outras movimentações (i)	-	59

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>13.923</b>	<b>14.831</b>
Adições	(11.547)	(11.904)
Ajustes por remensuração	25.742	25.823
Baixas	-	(2.356)
Depreciação	(56.020)	(62.067)
Variação cambial / Outras movimentações (i)	-	59

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(25.742)</b>	<b>(43.545)</b>
Adições	(13.923)	(14.102)
Ajustes por remensuração	-	2.356
Baixas	(39.655)	(39.925)
Depreciação	(56.020)	(62.067)
Variação cambial / Outras movimentações (i)	-	59

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>13.923</b>	<b>14.831</b>
Adições	(11.547)	(11.904)
Ajustes por remensuração	25.742	25.823
Baixas	-	(2.356)
Depreciação	(56.020)	(62.067)
Variação cambial / Outras movimentações (i)	-	59

(i) Refere-se principalmente à variação cambial dos saldos das subsidiárias no exterior.

**18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	Moeda	Indexador e taxa anual de juros	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Em reais:</b>						
FNE (BNB) (a)	BRL	6,83%	(185.693)	(214.117)	(185.693)	(214.117)
Debêntures (b)	BRL	CDI + 1,09%	(551.259)	(802.097)	(551.259)	(802.097)
Financiamento à Exportação	-	-	-	-	-	-
Santander (c)	BRL	CDI + 0,35%	(152.392)	-	(152.392)	-
FINAME - Bradesco (d)	BRL	CDI + 0,25%	(101.299)	-	(101.299)	-
			<b>(990.643)</b>	<b>(1.016.214)</b>	<b>(990.643)</b>	<b>(1.016.214)</b>

	Moeda	Indexador e taxa anual de juros	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Em moeda estrangeira:</b>						
BNDES Exim (e)	USD	VC + 6,07% a.a.	-	(193.667)	-	(193.667)
Capital de giro						
Alpa Europa (f)	EUR	Euribor 1M + 1,00%	-	-	(22.178)	-
	EUR	Euribor 1M + 1,80%	-	-	(19.408)	(18.934)
Alpa Shanghai (g)	RMB	LPR + 0,55%	-	-	(5.188)	(8.907)
Alpa USA (h)	USD	SOFR 3M + 1,80%	-	-	(198.116)	(185.802)
			-	<b>(193.667)</b>	<b>(244.890)</b>	<b>(407.310)</b>
<b>Total Passivo Instrumento financeiro</b>			<b>(990.643)</b>	<b>(1.209.881)</b>	<b>(1.235.533)</b>	<b>(1.423.524)</b>
<b>Total do Passivo, líquido do Instrumento financeiro</b>			<b>(990.643)</b>	<b>(1.166.202)</b>	<b>(1.235.533)</b>	<b>(1.379.845)</b>

	Controladora	Consolidado
Passivo circulante	(135.657)	(251.373)
Passivo não circulante	(854.986)	(1.172.151)

- (a) Financiamentos do Banco do Nordeste captados pela controladora em setembro de 2022 no montante de R\$19.200 pelo prazo de 96 meses e R\$204.000 em outubro de 2022 pelo prazo de 120 meses. Estes recursos foram destinados à aquisição de máquinas, equipamentos e modernização das plantas industriais e as garantias estão suportadas por carta de fiança bancária.
- (b) Em dezembro de 2022, a Companhia realizou a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em até 2 (duas) séries. A Emissão foi composta por 800.000 Debêntures em até 2 (duas) séries. O valor total da Emissão é de R\$800.000, sendo R\$550.000 correspondentes às Debêntures da 1ª (primeira) série, com prazo de vencimento de cinco anos contados da data de emissão, vencendo, portanto, em 12 de dezembro de 2027 e as Debêntures da 2ª (segunda) série, R\$250.000 com prazo de vencimento de sete anos contados da data de emissão, vencendo, portanto, em 12 de dezembro de 2029. Porém em janeiro de 2025 ocorreu o pré-pagamento de R\$550.000 referente as Debêntures da 1ª série, liquidando a mesma em sua totalidade. Em decorrência do pagamento antecipado, houve a cobrança do prêmio por resgata antecipado no montante de R\$6.380. A totalidade dos recursos líquidos captados por meio da Emissão será destinada para amortização, conforme o caso, de dívidas, financiamento de capital de giro e gestão ordinária dos seus negócios. Em dezembro de 2025, a Companhia realizou a 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única. A nova emissão foi composta por 300.000 debêntures, no valor de R\$ 300.000 com encargo de CDI + 0,75% a.a. e prazo de vencimento de cinco anos contados da data de emissão, com vencimento em 19 de dezembro de 2030. A totalidade dos recursos líquidos captados por meio da 2ª emissão será destinado para propósitos corporativos gerais, no curso ordinário dos negócios da emissora.
- (c) Em novembro de 2025, a controladora realizou a captação de linha de crédito Finex ("Resolução 4131") no valor de R\$ 150.000 com encargos de CDI + 0,35% a.a., com a finalidade de financiar a produção de bens ou serviços destinados as suas futuras exportações. O vencimento da operação ocorrerá em novembro de 2027.
- (d) Em novembro de 2025, a controladora realizou a captação de linha de crédito FINAME no valor de R\$ 100.000 com encargo de CDI + 0,25% a.a., que têm como objetivo financiar aquisição de bens industrializados, de fabricação nacional. O vencimento da operação ocorrerá em dezembro de 2026.
- (e) Em julho de 2023, a controladora realizou a contratação da linha BNDES Exim Prê Embarque, no valor de US\$300.000, perante o banco Safra. Ao mesmo tempo foi realizada a contratação de swap, convertendo os encargos financeiros de Variação Cambial + 6,07% a.a. para CDI + 1,40% a.a. O pagamento dos juros deverá ocorrer trimestralmente a partir da data de início do contrato e a amortização do principal ocorrerá mensalmente a partir de agosto de 2026 até o vencimento, em julho de 2027. O valor destina-se à produção de bens direcionados à exportação. Porém em junho de 2025 ocorreu o pré-pagamento de US\$30.000 do BNDES Exim Prê Embarque, liquidando o mesmo em sua totalidade, como também a liquidação do swap.
- (f) Em janeiro de 2025 a subsidiária Alpa Europa fez a renovação da linha de crédito revolving com o Bank of America, com vencimento em março de 2026 e limite de EUR 3 milhões. A subsidiária possui uma linha disponível no valor de EUR 2 milhões com o Caixa Bank S.A., a revisão do prazo de vencimento desta linha é feita anualmente, com a finalidade de resguardar as necessidades de caixa durante a baixa temporada. Em novembro de 2023 a subsidiária fez a renovação da linha de crédito de EUR 7 milhões com o Bankinter, o prazo desta linha é revisado semestralmente. A subsidiária faz captações e amortizações destas linhas de acordo com sua necessidade de capital de giro.
- (g) Em janeiro de 2025, a subsidiária Alpa Shanghai fez a renovação de linha de capital de giro, no valor de CNY 30 milhões e taxa de LPR + 0,55% a.a. e o próximo vencimento da linha acontecerá em março de 2026. A subsidiária faz captações e amortizações destas linhas de acordo com sua necessidade de capital de giro.
- (h) Em janeiro de 2024, a subsidiária Alpa USA fez a renovação de uma linha de crédito revolving, com o valor máximo de USD 25 milhões, a fim de suportar seu capital de giro. Em setembro de 2024 houve o aumento desta linha para USD 35 milhões, com vencimento para março de 2027. A subsidiária faz captações e amortizações desta linha de acordo com sua necessidade de caixa.

A movimentação do saldo do exercício findo em 31 de dezembro 2025 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.166.202</b>	<b>1.379.845</b>
Captação de empréstimos	550.000	784.990
Pagamento do principal	(751.074)	(932.018)
Pagamento de juros	(52.993)	(64.886)
Provisão de juros	78.108	90.252
Variação cambial	-	(22.650)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>990.643</b>	<b>1.235.533</b>

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.166.202</b>	<b>1.379.845</b>
Captação de empréstimos	550.000	784.990
Pagamento do principal	(751.074)	(932.018)
Pagamento de juros	(52.993)	(64.886)
Provisão de juros	78.108	90.252
Variação cambial	-	(22.650)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.166.202</b>	<b>1.379.845</b>

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.166.202</b>	<b>1.379.845</b>
Até 2 anos	178.384	89.249
De 2 a 5 anos	631.911	967.392
De 5 anos em diante	44.691	71.831
	<b>854.986</b>	<b>1.128.472</b>

**c) Programa de sócio - Plano matching**

Em 15 de outubro de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o Plano de Outorga de Ações (Programa de *Matching*). O Plano tem por objetivo conceder aos beneficiários selecionados pelo conselho de administração a oportunidade de receber ações de *Matching* na medida em que, dentre outras condições, os referidos beneficiários invistam verbas autorizadas na aquisição e manutenção de ações próprias sob sua conta e risco, de modo a promover: (a) o alinhamento entre os interesses dos beneficiários e os interesses dos acionistas da Companhia e sociedades sob o seu controle; e (b) o estímulo da permanência dos Beneficiários na Companhia ou nas sociedades sob o seu controle. O Conselho de Administração selecionará os beneficiários que poderão participar do plano. A base será os empregados que receberem Incentivo de curto prazo no ano da outorga.

A outorga de ações de *Matching* será realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, quantidade de ações de *Matching* objeto da outorga e os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às ações de *Matching*.

Os direitos dos beneficiários em relação às ações de *Matching*, especialmente o direito de receber efetivamente a propriedade de tais ações, somente serão plenamente adquiridos se os beneficiários (i) permanecerem continuamente vinculados como administradores, diretores, empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, e, cumulativamente, (ii) mantiverem, sob sua plena e legítima titularidade e propriedade, as ações próprias, por todo o período compreendido desde a data de outorga até o terceiro aniversário da data de outorga, quando 100% (cem por cento) das ações de *Matching* serão vestidas.

O plano entrou em vigor na data de sua aprovação e permanecerá vigente por um prazo indeterminado, podendo, no entanto, ser extinto a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

**d) Impacto contábil**

Os saldos da provisão registrada no passivo e o valor registrado no patrimônio líquido estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante.....	1.347	5.859	1.367	5.877
Passivo não circulante.....	4.438	2.164	16.706	4.496
Patrimônio líquido.....	58.781	42.406	58.781	42.406

O impacto contábil registrado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi uma despesa de R\$16.448 na Controladora e despesa de R\$25.628 no Consolidado (R\$18.903 de despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 na Controladora e R\$19.685 no Consolidado).

No patrimônio líquido o impacto foi um aumento de R\$16.375 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (aumento de R\$16.743 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

**e) Movimentação das outorgas**

A movimentação das outorgas em ações e em phantom estão demonstradas a seguir:

**Outorgas de ações**

	Controladora e Consolidado	
	Preço médio da ação - R\$	Ações (em milhares)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b> .....	6,36	11.838
Concedidas.....	8,71	3.401
Caducadas.....	13,28	1.943
Exercidas.....	24,95	312
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b> .....	11,66	12.508

	Controladora e Consolidado	
	Preço médio da ação - R\$	Ações (em milhares)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b> .....	10,12	5.949
Concedidas.....	8,46	7.212
Caducadas.....	16,97	(1.228)
Exercidas.....	7,41	(95)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b> .....	6,36	11.838

**Outorgas de ações Phantom**

	Controladora e Consolidado	
	Preço médio da ação - R\$	Ações (em milhares)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b> .....	8,74	1.232
Concedidas.....	8,73	1.790
Caducadas.....	13,41	809
Exercidas.....	13,23	500
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b> .....	10,36	3.050

	Controladora e Consolidado	
	Preço médio da ação - R\$	Ações (em milhares)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b> .....	10,12	3.182
Concedidas.....	8,74	1.232
Caducadas.....	17,93	877
Exercidas.....	9,30	1
Vencidas.....	6,36	3.536
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b> .....	8,74	1.232

As ações em aberto no final do exercício, ainda em carência, têm os seguintes vencimentos:

	Ações	Phantom
2026.....	1.852.565	389.486
2027.....	4.219.028	585.396
2028.....	5.223.360	2.019.565
2029.....	2.678.071	403.006
2030.....	791.535	182.407
	<b>14.764.559</b>	<b>3.579.860</b>

**24.3. Participação nos resultados**

A Companhia e suas controladas concedem participação nos resultados a seus empregados, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecida e aprovada anualmente para cada fábrica/unidade. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os seguintes valores foram reconhecidos no resultado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Programa de participação nos resultados (i).....	91.516	58.580	111.699	77.624

(i) Montante não contempla a remuneração variável dos Administradores conforme divulgado na nota explicativa nº 22.4.

Esta obrigação está registrada no grupo "Salários e encargos sociais a pagar", no passivo circulante. A despesa está contabilizada nas rubricas "Custo dos Produtos Vendidos", "Despesas com vendas" e "Despesas Gerais e Administrativas".

**25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**25.1. Capital social**

O capital integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$3.056.885 (R\$3.906.885 em 31 de dezembro de 2024), representado por 683.062.222 ações escriturais sem valor nominal, sendo 339.510.689 ordinárias e 343.551.533 preferenciais.

O capital subscrito e integralizado apresenta a seguinte composição acionária em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	31/12/2025			
	Ações ordinárias		Ações preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Controladores (Itaúsa, Alpa FIA, Cambuhy Alpa e MS Alpa).....	296.549.009	87,35%	137.573.622	40,04%
Administradores.....			434.122.631	63,56%
Conselho de Administração.....	32.257.290	9,50%	62.166.143	18,10%
Diretoria Estatutária.....	-	-	1.421.570	0,41%
Demais acionistas.....	10.704.358	3,15%	137.180.732	39,93%
Tesouraria.....	32	0,00%	5.209.466	1,52%
	<b>339.510.689</b>	<b>100,00%</b>	<b>343.551.533</b>	<b>100,00%</b>
			<b>683.062.222</b>	<b>100,00%</b>

	31/12/2024			
	Ações ordinárias		Ações preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Controladores (Itaúsa, Alpa FIA, Cambuhy Alpa e MS Alpa).....	296.549.009	87,35%	131.177.522	38,18%
Administradores.....			427.726.531	62,62%
Conselho de Administração.....	31.657.890	9,32%	54.323.688	15,81%
Diretoria Estatutária.....	-	-	1.153.281	0,17%
Demais acionistas.....	11.303.758	3,33%	150.264.510	43,74%
Tesouraria.....	32	0,00%	6.632.532	1,93%
	<b>339.510.689</b>	<b>100,00%</b>	<b>343.551.533</b>	<b>100,00%</b>
			<b>683.062.222</b>	<b>100,00%</b>

**Aprovação de redução de capital em Assembleia Geral Extraordinária**

Em 10 de setembro de 2025, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a redução do capital social da Companhia, no valor de R\$850.000, sem o cancelamento de ações e com restituição de valores aos acionistas, permanecendo inalterada a quantidade total de ações, bem como o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia.

**25.2. Ações em tesouraria**

As ações em tesouraria serão utilizadas no âmbito do Plano de Incentivo de Curto e Longo Prazo.

	Quantidade	Custo médio
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b> .....	<b>6.632.564</b>	<b>RS 6,9491</b>
(-) Ações transferidas aos participantes do programa de incentivo de curto e longo prazo.....	(1.423.066)	RS 6,9491
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b> .....	<b>5.209.498</b>	<b>RS 6,9491</b>

	Quantidade	Custo médio
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b> .....	<b>7.925.654</b>	<b>RS 6,9491</b>
(-) Ações transferidas aos participantes do programa de incentivo de curto e longo prazo.....	(1.293.090)	RS 6,9491
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b> .....	<b>6.632.564</b>	<b>RS 6,9491</b>

**25.3. Dividendos e juros sobre capital próprio**

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido excluídos os incentivos fiscais, calculado nos termos da lei societária e do estatuto. Em 21 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração aprovou a distribuição dos juros sobre capital próprio adicionais referentes ao exercício de 2024, no montante bruto de R\$51.543.

Em 11 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intercalares e pagamento de Juros sobre Capital Próprio no montante bruto de R\$ 244.000 e 106.000 respectivamente.

**25.4. Reservas de lucros**

**Reserva para incentivos fiscais**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou o montante de R\$76.970 (R\$35.641 em 31 de dezembro de 2024) para reserva de incentivos fiscais decorrente de subvenção fiscal federal do IRPJ.

A partir de 2024, conforme lei 14.789/23, a subvenções estaduais passaram a ser tributadas pelo imposto de renda, contribuição social, PIS e Cofins, não sendo mais passível de constituição de reserva de incentivo nos termos da legislação anterior.

**Reserva legal**

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi destinado para reserva legal o montante de R\$24.592 (R\$3.617 em 31 de dezembro de 2024).

**Reserva de lucros**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou o montante de R\$117.247 para reserva de lucros (nil em 31 de dezembro de 2024).

**26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta				
Mercado interno.....	4.117.352	3.756.287	4.166.428	3.798.683
Mercado externo.....	385.787	261.029	1.268.062	1.083.710
	<b>4.503.139</b>	<b>4.017.316</b>	<b>5.434.490</b>	<b>4.882.393</b>
Devoluções e abatimentos (i).....	(169.997)	(136.438)	(341.285)	(262.003)
Impostos incidentes sobre as vendas (ii).....	(520.983)	(505.352)	(528.331)	(512.079)
<b>Receita operacional líquida</b> .....	<b>3.812.159</b>	<b>3.375.526</b>	<b>4.564.874</b>	<b>4.108.311</b>

(i) Inclui acordos comerciais com determinados clientes.  
(ii) Inclui os incentivos fiscais de ICMS mencionados na nota explicativa nº 4.

**27. DESPESAS POR NATUREZA**

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações das despesas por natureza são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo dos produtos vendidos: (a)				
Matérias-primas e materiais.....	1.046.513	1.221.676	1.176.393	1.410.238
Despesas com pessoal.....	630.716	547.827	645.896	560.618
Depreciação.....	111.768	105.656	113.157	106.428
Outros custos.....	178.337	197.535	247.782	258.331
	<b>1.967.334</b>	<b>2.072.694</b>	<b>2.183.228</b>	<b>2.335.615</b>
Despesas com vendas: (b)				
Despesas com pessoal.....	105.948	95.242	272.214	265.459
Serviços e custos logísticos.....	194.659	197.222	321.184	314.944
Propaganda e publicidade.....	303.347	235.509	414.462	387.524
Comissões.....	17.303	15.222	59.282	51.180
Depreciação.....	14.190	13.739	39.810	57.957
Royalties.....	40.324	39.323	40.272	38.281
Serviços de terceiros.....	74.295	45.690	89.847	94.040
Outras.....	41.410	40.436	119.972	95.697
	<b>791.026</b>	<b>682.383</b>	<b>1.357.043</b>	<b>1.305.082</b>
Perdas esperadas do contas a receber	<b>9.849</b>	<b>11.478</b>	<b>11.783</b>	<b>15.993</b>
Gerais e administrativas: (c)				
Despesas com pessoal.....	159.563	137.185	159.563	137.185
Serviços de terceiros.....	80.718	94.275	80.718	94.275
Depreciação.....	8.171	8.629	8.171	8.629
Outras.....	25.378	23.690	25.379	23.730
	<b>273.830</b>	<b>263.779</b>	<b>273.831</b>	<b>263.819</b>

(a) Esta rubrica contempla "Gastos com Simplificação", no montante de R\$9.010 e "Outros Gastos/Receitas", no montante de R\$5.337, que se referem principalmente a receita com reversão de provisão de inventário.  
(b) Esta rubrica contempla "Gastos com Simplificação", no montante de R\$21.125.  
(c) Esta rubrica contempla "Outros Gastos/Receitas", no montante de R\$1.088, que se referem principalmente às despesas com incentivos.

**28. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas operacionais: (a)				
Ganho na venda de imobilizado.....	-	-	-	1.469
Receita de operações com franqueados.....	6.800	-	6.800	-
Êxito na ação judicial.....	-	10.387	-	10.387
Receita de venda de energia elétrica.....	5.549	2.214	5.549	2.214
Receita de royalties - empresas do Grupo.....	38.729	48.060	-	-
Receita de recebimento de seguros.....	14.786	-	14.786	-
Outras.....	(1.878)	1.785	3.381	16.806
	<b>63.986</b>	<b>62.446</b>	<b>30.516</b>	<b>30.876</b>
Outras despesas operacionais: (b)				
Amortização de intangível.....	(84.796)	(66.876)	(99.645)	(76.800)
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributárias.....	(25.714)	(3.894)	(25.714)	(3.894)
Plano de incentivo de longo prazo (nota explicativa nº 24.2).....	(16.448)	(18.903)	(25.628)	(19.942)
Serviços de terceiros.....	(9.983)	(11.130)	(9.983)	(11.382)
Despesa com simplificação fabril.....	(275)	(9.537)	(275)	(9.537)
Despesa com simplificação corporativa e comercial.....	(33.290)	(11.737)	(34.299)	(24.859)
PIS, COFINS e ISS sobre Receita de Royalties e serviços de backoffice - empresas do Grupo.....	-	-	(3.486)	-
Reversão do reembolso de seguro - Sinistro Santa Rita.....	-	(11.428)	-	(11.428)
Outras.....	(18.433)	(25.378)	(22.054)	(26.741)
	<b>(188.939)</b>	<b>(158.883)</b>	<b>(221.084)</b>	<b>(188.743)</b>
	<b>(124.953)</b>	<b>(96.437)</b>	<b>(190.568)</b>	<b>(157.867)</b>

(a) Esta rubrica contempla "Outros Gastos/Receitas", no montante de R\$15.989, que se referem principalmente à receita proveniente de indenização de seguros.  
(b) Esta rubrica contempla "Gastos com Simplificação" no montante de R\$42.026, "Gastos com M&A" no montante de R\$1.287, e "Outros Gastos/Receitas", no montante de R\$3.092, que se referem principalmente às despesas com serviços de assessoria.

**29. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024

**ALPARGATAS S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 61.079.117/0001-05 - NIRE 35 3000 25 270**

A Companhia e suas controladas aplicam as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
  - Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços), ou indiretamente (derivados dos preços) (Nível 2).
  - Isenções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (inserções não observáveis) (Nível 3).
- Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2 incluem:
- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
  - O valor justo de "swaps" de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado, bem como das opções.
  - O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço com o valor resultante descontado ao valor presente.
  - Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados como nível 1 e 3.

**Classificação contábil e valor justo**

	31/12/2025		
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total
<b>Ativos financeiros</b>			
Caixa e equivalentes de caixa.....	-	394.324	394.324
Aplicações financeiras.....	15.009	-	15.009
Depósito judicial.....	-	27.517	27.517
Contas a receber de clientes.....	-	1.189.571	1.189.571
Outros créditos.....	-	32.077	32.077
	<b>15.009</b>	<b>1.643.489</b>	<b>1.658.498</b>
<b>Passivos financeiros</b>			
Fornecedores.....	-	(442.250)	(442.250)
Risco sacado.....	-	(158.137)	(158.137)
Empréstimos e financiamentos.....	-	(1.235.533)	(1.235.533)
Passivo de arrendamento.....	-	(163.418)	(163.418)
Plano de incentivo de longo prazo.....	-	(18.073)	(18.073)
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar.....	-	(106.565)	(106.565)
Contas a pagar pela aquisição de controladas.....	(39.371)	(49.693)	(89.064)
	<b>(39.371)</b>	<b>(2.173.669)</b>	<b>(2.213.040)</b>
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total
<b>Ativos financeiros</b>			
Caixa e equivalentes de caixa.....	-	1.297.346	1.297.346
Aplicações financeiras.....	13.165	-	13.165
Depósito judicial.....	-	36.827	36.827
Contas a receber de clientes.....	-	997.875	997.875
Outros créditos.....	-	37.867	37.867
	<b>13.165</b>	<b>2.369.915</b>	<b>2.383.080</b>
<b>Passivos financeiros</b>			
Fornecedores.....	-	(455.388)	(455.388)
Risco sacado.....	-	(170.842)	(170.842)
Empréstimos e financiamentos.....	(193.667)	(1.229.857)	(1.423.524)
Passivo de arrendamento.....	-	(189.760)	(189.760)
Plano de incentivo de longo prazo.....	-	(10.373)	(10.373)
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar.....	-	(19.344)	(19.344)
Contas a pagar pela aquisição de controladas.....	(39.371)	(43.430)	(82.801)
	<b>(233.038)</b>	<b>(2.118.994)</b>	<b>(2.352.032)</b>

**31.7. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros**

**Risco cambial**

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 31 de dezembro de 2025 cujos efeitos refletem somente os impactos sobre os ativos e passivos monetários, foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes e dos empréstimos e financiamentos mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas e, por este motivo, a Administração da Companhia entende que não existe risco de exposição de moeda para essas controladas.

A Companhia considera como cenário, nos próximos doze meses, uma valorização do dólar norte-americano em 1,93% sobre o Real considerando uma taxa de câmbio futura de R\$5,6083.

**Risco de taxa de juros**

Em 31 de dezembro de 2025, 100% das aplicações da controladora estavam indexadas ao CDI. Os empréstimos eram compostos de 100% do saldo atrelado à curva de juros variáveis.

A análise considera os ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2025 indexados às taxas pós-fixadas e projeta as receitas e despesas financeiras calculadas sobre esse saldo, utilizando a curva futura de juros em 31 de dezembro de 2025 nos vencimentos dessas operações, limitada a 12 meses. Com isso é verificado uma redução de 1,08% da taxa CDI.

**Sensibilidade de taxa de Câmbio e Juros**

Risco	Instrumento / Operação	Descrição do risco	Impacto
Cambial		Aumento do dólar	
	Receíveis de exportação		180
	Contas a receber de clientes		8.449
	Royalties e serviços de <i>backoffice</i> a receber		950
	Fornecedores		(1.180)
	Royalties a pagar		(273)
	Serviços de <i>backoffice</i> a pagar		(204)
	<b>Efeito cambial</b>		<b>7.922</b>
Taxa de juros		Redução do CDI	
	Receita de aplicações financeiras		(1.407)
	Despesa de juros sobre empréstimos		1.855
	<b>Efeito dos juros</b>		<b>448</b>
	<b>Efeito total</b>		<b>8.370</b>

**31.8. Relatório de sustentabilidade**

**Relatório de Sustentabilidade**

Em 04 de julho de 2025, a Companhia publicou seu Relatório Anual de Sustentabilidade (base 24), utilizando as metodologias GRI, SASB e referências do Relato Integrado, sendo auditado por uma terceira parte independente. O relatório, além de dar transparência sobre a evolução da governança ambiental, social e corporativa da Companhia, também traz ao público a revisão e prestação de contas da Estratégia de Sustentabilidade da Alpargatas, cobrindo seus 3 grandes focos de atuação (Economia Circular; Operações Responsáveis; D&I e Responsabilidade Social), que são tangibilizados por 12 metas a serem atingidas até 2030. O Relatório Anual de Sustentabilidade base 2025 está sendo realizado considerando os mesmos *frameworks* e objetivos e tem sua publicação prevista para os próximos meses.

**Riscos socioambientais e climáticos**

A Companhia está conduzindo um processo estruturado de quantificação e integração dos riscos socioambientais e climáticos à estratégia corporativa, alinhado às diretrizes do IFRS (ISSB), com vistas ao futuro reporte em conformidade com as normas CVM 193, com primeiro reporte previsto para 2027.

Como reflexo do amadurecimento dessa agenda, a Companhia obteve nota B no CDP 2025 - Climate Change. Em paralelo, encontra-se em construção o Plano de Transição Climática, que consolidará a estratégia de mitigação, adaptação e gestão dos riscos climáticos da Companhia.

**Matriz de Materialidade**

A Companhia está conduzindo a revisão de sua Matriz de Materialidade, com base em critérios de impacto, relevância financeira e estratégica e engajamento de stakeholders internos e externos. O resultado desse processo será refletido nos relatos da companhia, principalmente no Relatório de Sustentabilidade 2025, reforçando o alinhamento dos temas materiais à estratégia corporativa e às práticas de reporte, e no reporte alinhado às diretrizes do IFRS (ISSB) para conformidade da Resolução CVM nº193.

**RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

**Introdução**

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Alpargatas S.A. ("Alpargatas" ou "Companhia") é órgão estatutário e permanente de caráter de assessoramento e possui funções técnicas e com reporte direto ao Conselho, sendo que suas recomendações não possuem caráter vinculante.

O órgão foi criado em 27 de abril de 2018 em Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia. Atualmente, é composto por 5 (cinco) membros, sendo 1 (um) escolhido dentre o próprio Conselho de Administração. O Comitê tem maioria de membros independentes e exerce as atribuições e responsabilidades estabelecidas pela legislação aplicável e pelo Conselho de Administração da Alpargatas por meio do Regimento Interno do Comitê. 2 (dois) de seus membros são especialistas em contabilidade societária.

Sem prejuízo de outras matérias previstas na legislação aplicável ou que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, compete ao Comitê de Auditoria zelar (i) pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis; (ii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho dos auditores independentes; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da auditoria interna; (iv) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos, relacionados à Companhia e suas controladas; e (v) pelo cumprimento das exigências legais relativas às tarefas de sua competência.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("Auditores Independentes") é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis da Alpargatas, conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC ("CFC") e certos requisitos específicos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM ("CVM"). Os Auditores Independentes são responsáveis também pela revisão especial dos informes trimestrais (ITRs) enviados para a CVM. O relatório dos Auditores Independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta as suas opiniões a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC, em consonância com as normas emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação International Financial Reporting Standards - IFRS como "normas contábeis IFRS"), normas da CVM e preceitos da legislação societária brasileira.

Atividades do Comitê de Auditoria em 2025:

No decorrer do exercício de 2025, o Comitê reuniu-se em 7 ocasiões. Dentre as atividades realizadas, cabe destacar as seguintes:

- avaliação e acompanhamento do Plano Anual da Auditoria Interna e de seus relatórios, com a definição e implementação dos planos de ação dentro dos prazos pré-estabelecidos;
- acompanhamento do planejamento e atividades da área de Controles Internos;
- acompanhamento dos indicadores financeiros da Companhia;

**32. LUCRO POR AÇÃO**

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Numerador básico</b>		
Lucro do exercício atribuível a cada classe de ações - ON.....	270.705	51.277
Lucro do exercício atribuível a cada classe de ações - PN.....	298.104	56.120
	<b>568.809</b>	<b>107.397</b>
<b>Numerador diluído</b>		
Lucro do exercício atribuível a cada classe de ações - ON.....	268.810	50.461
Lucro do exercício atribuível a cada classe de ações - PN.....	299.999	56.936
	<b>568.809</b>	<b>107.397</b>
<b>Denominador básico / diluído</b>		
Média ponderada básica e diluída da quantidade de ações - ON.....	339.510.657	339.510.657
Média ponderada básica da quantidade de ações - PN.....	338.329.306	336.431.808
Média ponderada da quantidade de opção de compra de ações - PN.....	16.224.459	10.389.299
Média ponderada diluída das ações - PN.....	354.553.765	346.821.107
Lucro básico por ação - ON.....	0,7973	0,1510
Lucro básico por ação - PN.....	0,8811	0,1668
Lucro diluído por ação - ON.....	0,7918	0,1486
Lucro diluído por ação - PN.....	0,8461	0,1642

As ações preferenciais possuem direito a dividendo 10% maior em relação às ações ordinárias.

**33. COMPROMISSOS ASSUMIDOS**

A Companhia possui compromissos decorrentes de contrato de fornecimento de energia elétrica, devendo ser adquirido o volume mínimo mensal de 14.564 MWh, equivalente a RS 1.872, podendo ser alterado com prazo mínimo de um ano. Caso a Companhia não utilize o total de energia contratada poderá vender o excedente no mercado e por isso não espera incorrer perdas.

**34. COBERTURA DE SEGUROS**

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau do risco para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As principais coberturas de seguros são: Seguro Patrimonial (Riscos Operacionais), Lucros Cessantes, Responsabilidade Civil Geral (Danos Materiais, Danos Corporais e Danos Morais a Tercos), Responsabilidade Civil Administradores (D&O), Seguro de Transportes e etc. Em 31 de dezembro de 2025, as coberturas de seguros eram consideradas suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos.

**35. TRANSAÇÕES NÃO-CAIXA**

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. As atividades que não envolvem movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da Demonstração do Fluxo de Caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adições - IFRS 16.....	24.126	8.588	27.866	24.019
Baixas - IFRS 16.....	-	-	(8.602)	(508)
Pagamentos liquidados com ações em tesouraria...	9.292	11.202	9.292	11.202
Dividendos e restituição de capital aos acionistas distribuídos e não pagos.....	35.678	-	35.678	-

Ricardo Baldin Coordenador do comitê	Carlos A. Reis de Athayde Fernandes Membro do Comitê	Guilherme Bottura Membro do Comitê	Estela Maris Vieira de Souza Membro do Comitê	Maria Fernanda Ribas Caramuru Membro do Comitê
---	---	---------------------------------------	--	---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Rodolfo Villela Marino	Alfredo Eglydio Setubal	Luiz Fernando Edmond	Silvio Tini de Araujo	Marcelo Pereira Lopes de Medeiros	Stacey Brown	Guilherme Bottura
------------------------	-------------------------	----------------------	-----------------------	-----------------------------------	--------------	-------------------

**DIRETORIA**

André Natal Adalberto Fernandes Granjo	Gabriel Aver Adriano Negrão	Maria Fernanda Albuquerque Mauro Alarcon	Fernando Rosa Harm Van de Camp	Srinivasan Appan Sandro Ribeiro	Marco Aurelio Vidal
---	--------------------------------	---	-----------------------------------	------------------------------------	---------------------

**CONTADOR**

Douglas Guerreiro Ramos - CRCSP - 1SP223432/O-6

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

De acordo com a Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, Subseção III - Demonstrações Financeiras, inciso VI do artigo 27, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Liel Miranda Diretor-presidente	São Paulo, 05 de março de 2026.	Adalberto Fernandes Granjo André Corrêa Natal
------------------------------------	---------------------------------	--

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

De acordo com a Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, Subseção III - Demonstrações Financeiras, inciso V do artigo 27, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Liel Miranda Diretor-presidente	São Paulo, 05 de março de 2026.	Adalberto Fernandes Granjo André Corrêa Natal
------------------------------------	---------------------------------	--

**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA**

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Alpargatas S.A. ("Alpargatas" ou "Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades, reuniram-se em 27 de fevereiro de 2026 para discutir e analisar a qualidade e integridade das Demonstrações Contábeis Completas, Individuais e Consolidadas, acompanhadas do Relatório da Administração da Companhia e do relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Considerando as informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, os membros do Comitê de Auditoria, por unanimidade, emitiram o seguinte parecer: "Concluída a revisão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 31/12/2025, e constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório sem ressalva da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, o Comitê de Auditoria da Alpargatas S.A. é da opinião de que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia, bem como as atividades desenvolvidas pela sociedade no exercício, e entendem que foram elaborados em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis IFRS. Assim, o Comitê de Auditoria recomenda a aprovação das referidas Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração pelo Conselho de Administração da Alpargatas."

Ricardo Baldin Coordenador do comitê	Carlos A. Reis de Athayde Fernandes Membro do Comitê	Guilherme Bottura Membro do Comitê	Estela Maris Vieira de Souza Membro do Comitê	Maria Fernanda Ribas Caramuru Membro do Comitê
---	---	---------------------------------------	--	---

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Administradores e Acionistas  
Alpargatas S.A.

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Alpargatas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

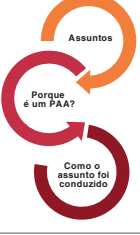
**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas" em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<b>Reconhecimento da receita</b> Conforme descrito nas Notas 2.3 (f) e 26, a Companhia e suas controladas possuem registros de vendas do resultado do exercício, receitas líquidas provenientes da venda de artigos esportivos, roupas e calçados, por meio de múltiplas canais de venda no montante total de R\$ 3.812.159 mil na controladora e R\$ 4.564.874 mil no consolidado. A receita decorre de elevado volume de transações de baixo valor individual. Exceto nas vendas em lojas físicas, identificamos um intervalo entre a data da venda e o cumprimento da obrigação de performance, que ocorre somente com a transferência do controle dos produtos aos clientes. Por este motivo, a administração da Companhia monitora o status das entregas de vendas, para identificar as vendas faturadas e não entregues no final do exercício. Este tema segue sendo considerado como um dos principais assuntos de auditoria, tendo em vista o grande volume de vendas faturadas e não entregues no final do exercício, consideramos este assunto como significativo para nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação dos controles relacionados ao processo de reconhecimento de receita no correto período de competência. Selecionamos, em base amostral, transações de vendas e inspecionamos a documentação comprobatória que suporta os registros contábeis, bem como os comprovantes de entrega de maneira a corroborar que as vendas faturadas e não entregues não foram reconhecidas como receita do exercício. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia em relação a esse assunto. Com base nos procedimentos de auditoria realizados, consideramos que os critérios adotados pela administração para o reconhecimento da receita no correto período de competência, bem como as divulgações efetuadas em notas explicativas, são consistentes com os dados e informações obtidas.
<b>Teste de <i>impairment</i> dos ativos intangíveis com vida útil indefinida</b> Conforme descrito na Notas 12 e 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025, o saldo de ativos intangíveis de vidas úteis indefinidas, incluindo ágio de combinação de negócios, totalizava R\$ 137.693 mil. Para fins de teste anual de <i>impairment</i> , a administração da Companhia determinou o valor recuperável dos grupos de unidade geradora de caixa ("UGCs"), calculado com base no valor em uso, considerando fluxos de caixa descontados. Como resultado do teste anual realizado em 2025, a Companhia não identificou perda por <i>impairment</i> a ser reconhecida. As projeções de caixa elaboradas pela Companhia para determinação do valor recuperável, incluem dados e premissas que envolvem julgamentos significativos por parte da administração, tais como: taxa de crescimento estimado para o resultado operacional, taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade. Este tema segue sendo considerado como um dos principais assuntos de auditoria, tendo em vista a relevância do saldo de ágio e ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas, bem como pelo fato de que variações nas principais premissas utilizadas podem impactar significativamente as estimativas dos fluxos de caixa projetados e a mensuração do valor recuperável do ágio e dos ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas e, por consequência, as demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação e entendimento dos controles internos relevantes relacionados com o processo de mensuração do valor recuperável. Com o apoio de nossos especialistas em avaliação de ativos e negócios, analisamos a razoabilidade dos modelos de cálculo utilizados pela administração para preparar as projeções, além das principais premissas utilizadas, como taxa de crescimento estimado para o resultado operacional, taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade, as comparandocom dados de mercado. Testamos a coerência lógica e consistência aritmética dos modelos preparados pela Companhia, bem como confrontamos as principais premissas com as projeções aprovadas e complementadas pela administração da Companhia, por um período discricionário de 10 anos, utilizados nas estimativas de fluxos de caixa para determinação do valor recuperável. Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas. Com base nos procedimentos de auditoria realizados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia, na avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas, para fins de teste de <i>impairment</i> , bem como as divulgações efetuadas nas notas explicativas, são consistentes com dados e informações obtidas.



**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**